



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3253 - conanda@mdh.gov.br



PAUTA DA 281ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA

24/04 (tarde) – Assembleia Ordinária

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h00 às 14h20 – Abertura da 281ª Assembleia Ordinária

14h20 às 16h00 - Relatoria da Comissão de Políticas Públicas (CPP)

16h00 às 17h30 - Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação

Parlamentar (CDHAP)

17h30 – Encerramento da 281ª Assembleia Ordinária do Conanda

25/04) – Assembleia Ordinária

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h00 às 9h20 - – Abertura da 281ª Assembleia Ordinária

9h30 -10h30 – Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares –
Convidada: Dra. Rosana Viegas e Carvalho – MPDFT

10h30-12h00 – Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação (CMF)

12h00 às 14h00 - Intervalo para o almoço

14h00 às 15h30 - Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças (COF)

15h30 às 16h30 – Consultoria Jurídica do Ministério da Mulher, da Família e
dos Direitos Humanos (CONJUR/MMFDH)

16h30 às 18h00- Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência
Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

18h00 - Encerramento da 281ª Assembleia Ordinária do Conanda

Participantes:

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Andrei Suarez Dillon Soares - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho da Economia

Patrícia Grassi Osório - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Petrucia de Melo Andrade - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sociedade Civil:

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Ariadyne Pereira Acunha - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Vitor Benez Pecler – Instituto Vidas São Paulo

Maia Aguilera Franklin De Matos - Articulação Brasileira De Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (Artjovem Lgbt)

Antônio Lacerda Souto-Confederação Nac. Dos Trabalhadores Na Agricultura – Contag

Edna Aparecida Alegro - Federação Nacional Das Associações Pestalozzi

Iolete Ribeiro Da Silva - Conselho Federal De Psicologia – CFP

Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana

Regina Coeli Calil Lustoza Leão - Conferência Nac. Dos Bispos Do Brasil – CNBB;

Deila Nascimento Martins Cavalcanti - Gabinete de Assessoria Jurídica As

Organizações Populares - GAJOP

Aline Silva Flores - Federação Brasileira Das Associações Cristãs De Moços - (ACM)

Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios - Inspetoria São João Bosco

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil.

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Thiago Stein de Melo e Sousa - Secretaria Especial da Fazenda Ministério da Economia

Jarbas Aragão - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Erika Medina Stancioli - Subsecretária de Inspeção do Trabalho Ministério da Economia

Sociedade Civil:

Heloisa Helena Silva de Oliveira – Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Ana Lidia Rodrigues Lima – Rede ECPAT Brasil

ANTONIO JORGE DOS SANTOS - FEBRAEDA - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DE ADOLESCENTES.

DEMAIS PARTICIPANTES:

Cleide Duarte - Conanda/SDH/MDH

Verena Martins - Conanda/SDH/MDH

Patricia Arantes - Conanda/SDH/MDH

Arlete Borges - Conanda/SDH/MDH

Rosana Viegas – MPDFT
Valdir Gurgel – Marista /Floripa
Aline Duarte - SDH/MDH
Helio Castro – Visitante
Lucia Secoti - CNDI
Danyel Iório - SNDCA

Resumo Executivo

24 de abril de 2019

1. Abertura, aprovação da pauta da 281ª Assembleia Ordinária:

A presidente do Conanda a secretaria Petrucia faz abertura da 281ª Assembleia Ordinária cumprimentando a todos e passa a palavra a vice-presidente Lacerda que dá as boas-vindas a todos e menciona a importância do planejamento e sua execução, e foi desenvolvido um ótimo planejamento para esse biênio, retomando a palavra para a presidente que faz a leitura dos informes. A conselheira Catarina questiona se continuará mandando relatórios de participação e como será publicizado pelo fato do site do Conanda não está sendo atualizado. A secretaria executiva Verena Martins informa que sim. A presidente do Conanda apresenta os ofícios encaminhados.

Como outros informes o vice-presidente solicita que todas as representações externas seja deliberadas pela secretaria executiva, pois tem conselheiros participando de eventos em nome do Conanda sem que a secretaria executiva tenham conhecimento e quanto as passagens para representações externas, a secretaria Executiva explica que devido à dificuldade com as despesas nos casos possíveis o vive presidente o srº Lacerda ou ela estará representando o conselho, quando for possível e de acordo com a necessidade e importância da representação, a conselheira Catarina pede para avaliar com cautela pois já perderam muitos eventos e a maioria tem que ter conhecimento do assunto para uma boa representação, Edmundo relata que o conselho tem pouco servidores e não é viável que a secretaria executiva faça representações externas. Os conselheiros solicitam uma posição de quando terá passagens e tem que priorizar as necessidades. A presidente do conselho pede compreensão e criatividade para enfrentar esse desafio pois não é definitivo e contam com todos.

Dando continuidade o vice-presidente Lacerda faz leitura dos encaminhamentos e pergunta de todos estão de acordo. O conselheiro Edmundo solicita um voto de

parabéns para a equipe do conselho que tem segurado uma situação muito difícil desde o fim do ano passado e todos batem palmas.

A pedido do conselheiro Antônio Jorge todos se apresentam, pois ele não esteve na assembleia de posse e deseja saber quem e quem.

A presidente faz leitura da pauta, o conselheiro Antônio Jorge solicita alteração da relatoria da COF, Edmundo explica que por ser necessário a presença dos conselheiros governamentais já foi combinado o horário, ele retira a sugestão, a pauta e aprovada por unanimidade. Em votação a mudança da data da próxima assembleia devido ao feriado dia 20, ficando de 17 a 19 de junho, aprovado por unanimidade.

Ficando deliberados dos informes os seguintes encaminhamentos:

As representações oficiais do Conanda somente quando oficializadas e respondidas pela SE/Conanda; apresentar para mesa diretora uma memória de cálculo de diárias e passagens referente a assembleias e representações externas, a partir dos calendários de reuniões já recebidos na SE e considerar as demandas relacionadas a representações nas conferências e outras pautas.

1. Relato das comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas /CPP.

Coordenador: Esequiel Roque

Relatoria: Catarina

A conselheira Catarina inicia a relatoria e destaca que iniciaram os trabalhos com duas pautas que ficaram pendentes no ano anterior, sendo que uma delas foi a resolução conjunta com conselho LGBT, depois de debater foi criada resolução que foi aprovada em novembro, a comissão solicita a publicação da mesma. Quanto a Resolução conjunta combate a tortura, passou por consulta pública e foi apresentado na comissão e será encaminhado para os conselheiros para contribuições a será apresentado na próxima assembleia. Representante do comitê de combate a tortura fala da importância do documento. Ficando aprovado os seguintes encaminhamentos: Resolução Conjunta CNDC/LGBT e Conanda foi aprova a atual versão da resolução com o ajuste proposto pelo Ministério da Saúde, alteração de ato normativo e encaminhar a resolução para publicação, sem precisar passar novamente pela área jurídica. Referente a Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária a secretaria fará uma exposição de motivos para a Casa Civil para reativação dessa Comissão e a CPP fará contribuições na elaboração desse documento o mais breve possível. Resolução Conjunta com o Mecanismo Nacional de Prevenção e combate à

Tortura será compartilhado a última versão trabalhada pelo MNPCT com todos os Conselheiros para colher as contribuições em duas semanas, o fluxo: ao receber o documento a SE/Conanda encaminha para os conselheiros para contribuição (14 dias). O material retorna para SE para que possa ser trabalhado na próxima reunião da CPP (22/05), fazer contato com CNPCT (Carolina) para saber da possibilidade de a resolução ser conjunta e convidá-los para participar da reunião da CPP no mês de maio quando resolução for trabalhada pela comissão para possível aprovação. Conclusão do Plano ação os membros da CPP fazerem contribuições e enviar até o dia 08 para SE/Conanda para ser discutido com ponto de pauta da próxima reunião, retornar para SE dia 16 o final para encaminhamento para COF e revisar o plano de ação sobre a temática de Aprendizagem Profissional (abril / maio). Procedimento de validação dos atestados de funcionamento- Aprendizagem Profissional, responder ofício a instituição com cópia para o Conselho Municipal de Porto Alegre encaminhando a resolução 164 do CONANDA para ser implementação.

b. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP
Coordenador: Patrícia Grassi
Relatoria: Thais Dantas

A conselheira Thais relata que a comissão recebeu um pedido por meio de nota técnica de órgão desse Ministério solicitando a possibilidade de revisão da resolução 163 que trata de publicidade infantil, a comissão fez um resgate do material que gerou a resolução e criou uma resposta de posicionamento sobre a solicitação que será apresentado para aprovação, após leitura e aprovada por unanimidade. Próximo ponto e o projeto de lei relacionados aos conselhos tutelares o projeto já foi aprovados nas duas casas administrativas e encaminhado para sanção presidencial a ideia da comissão era tentar o veto porém a mesa diretora concluiu que não há esse espaço e ficaram sem estratégias para o mesmo, foi encaminhado que a fundação Abrinq ira compartilhar material para ser pautado na próxima reunião. Na sequência tratou o tema de ensino domiciliar a comissão sugere uma manifestação sobre o tema e faz a leitura da nota pública sobre ensino domiciliar e pede que os destaques sejam apresentados no final da leitura. Ficando os seguintes encaminhamentos: Resolução nº 163 do Conanda, aprovação de uma nota técnica indicando o posicionamento do Conanda em não alterar a resolução 163/2014. PLs Conselho Tutelar; avaliação dos PLs temáticos na próxima reunião, após compartilhamento de material pela Abrinq; PLs Ensino domiciliar; aprovação da Nota Pública sobre o novo posicionamento a partir do conteúdo do PL com (2 abstenções);enviar a nota para MEC, CNE, CNPG, CNJ, CNMP, Fórum

Nacional Popular de Educação e do Movimento Todos pela Educação, CNDH, CONADE, CNS, CNAS, Congresso Nacional e encaminhar a nota especificamente para os senadores quando a mesa for formalizada; aguardar retorno da Thaís (Alana); redução da maioria penal e aumento do tempo de internação – Sinase; a SE/Conanda deve buscar posicionamento do tempo de internação e redução da maioria penal.

25 de abril de 2019.

Abertura da 281ª Assembleia Ordinária

A presidente do Conselho faz a abertura do segundo dia de assembleia, cumprimenta a todos e da continuidade aos trabalhos, como primeiro ponto de pauta passa para Dr. Rosana Viegas.

1. Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares – Convidada: Dra. Rosana Viegas e Carvalho – MPDFT.

Com a palavra Dra. Rosana Viegas e Carvalho do MPDFT que faz parte do COPEJ e que então muito empenhados para trabalhar junto com esse Conselho o processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares aconteça da melhor, fala da importância do repasse de urnas eletrônicas para a realização de todo processo eleitoral e que a lei de recondução tem que ser sancionada o quanto antes para os municípios trabalharem de maneira unificada. A Sr. Aline Santana Coordenadora Geral de Fortalecimento de Garantia de Direitos fala da importância de estarem falando a mesma língua e que esse é o momento ímpar, se reuniram com o MPDFT debaterem o tema. O Conselheiro Edmundo é contra a lei e pede veto, conselheiro Vitor pede que sancione a lei. A Dra. Rosane diz que se os conselheiros acham que não se entendem e melhor produzir uma nota técnica para que os CDCAS mantenham os editais como já estão trabalhando. Conselheira Heloisa sugere informar a Casa Civil que nesse momento para essa eleição não seja considerada a lei e sim para futuras eleições. Colocado em votação quanto ao veto e a maioria é favorável. Como encaminhamento deliberaram: Inclusão de um conselheiro do Conanda no Grupo de Trabalho Nacional (MP, Conanda, CGFSGD, TSE); os conselheiros Antônio Jorge e Vitor Pegler se colocam a disposição para participarem das reuniões pelo Conanda); fazer documento para o CEDCAS para que possam interagir com os TREs e MPs para apoiar o processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares (urnas eletrônicas e acompanhamento do processo) recomendando aos CMDCAS a manter seus editais; encaminhar cópia dos ofícios para o Fórum Nacional e para os Fóruns Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aprovação da Nota Pública sobre o Projeto de Lei nº 1.783/2019(3

abstenções); encaminhar a nota para Casa Civil, conselhos Estaduais, Ministério Público e fóruns dos direitos da criança e do adolescente; incluir a pauta da Lei orgânica do CT na mesa diretora; encaminhar para os conselheiros da Mesa e CDHAP os documentos que o Conanda tema respeito do assunto e propor audiência pública no congresso.

2. Continuação dos relatos das comissões permanentes:

a. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Regina Coeli

Relatoria: Ariadyne.

A conselheira Ariadyne inicia a relatoria falando da importância do CPA e como se dará a participação dos adolescentes, tendo no momento somente a plataforma, considerando que até o momento não houve a assinatura da carta acordo, onde estão planejadas as atividades presenciais e as metodologias de trabalho. Pensar na possibilidade de uma agenda online com os adolescentes no mês de maio/2019 e junho/2019. Proposição de reunião presencial com os adolescentes no mês de julho para poder reuni-los no período das férias escolares. Manutenção do grupo do WhatsApp para comunicação entre o Conanda e o CPA, conforme já vem sendo utilizado. (Maia será o ponto focal da CMF no grupo) das ações para assinar a carta acordo com a Flacso devido a ser ano de conferencia, Carta do Conanda com Comitê importâncias e ações contra violência sexual - Iolete produzir a carta com ajuda da Lídia. Ternos de referência sobre consultoria do CPA e Conferencia já está aberto, a consultoria de comunicação não abriu ainda, secretaria executiva Verena explica como e o tramite para abrir termo de referência. A conselheira Ariadyne fala do planejamento para o próximo mês de maio, carta acordo com Flacso e TI plataforma passar para ministério, e quanto ao espaço para conferencia. Indicação das subcomissões da conferencia, foi falado na reunião do Fórum, não faz sentido os membros da comissão organizadora compor as subcomissões, o conselheiro Lacerda pede para colocar em votação essa posição da CMF. A secretaria executiva Verena Martins fala que os PRODOC estão em auditorias e que todos os anos passam por auditorias a presidente do Conanda relata que auditorias não tem prazo e melhor deixar isso claro. Foram deliberados os seguintes encaminhamentos: cadastro dos adolescentes na plataforma virtual deve ser realizada com o apoio da equipe da UNB; não abrir conversa online (plataforma), no momento; chamar as pessoas que desenvolveram a plataforma e a equipe de TI/MMFDH para apresentar a ferramenta na comissão para avaliar quais são as possibilidades de trabalho. (maio/2019); manifestação oficial da SNDCA sobre a assinatura da carta acordo que

está pronta e até o momento não foi assinada pelo governo; marcar reunião da presidência e vice-presidência do Conanda com a ministra para tratar do tema do CPA; o Conanda aprova a inserção da sua logo nas peças apresentadas. Solicita-se ainda a inclusão da logo no adesivo 15X15; solicitar a ECPAT e ao Comitê que possibilite a inclusão da logo do governo ou organização que queira aderir à campanha, em um espaço específico das peças; o Conanda vai fazer uma carta junto com o Comitê indicando a importância das ações e dos espaços voltados ao enfrentamento da violência sexual. Lídia e Iolete irão escrever a carta, que será aprovada pela mesa diretora ad referendum; fluxo: conselheiras encaminham material até o dia 4/05, mesa diretora deve responder a demanda até o dia 8/05; publicação dos termos de referência para contratação de pessoa física para tratar dos temas do CPA e da Conferência. O termo referente a área de comunicação ainda não foi publicado. Link: <https://www.oei.org.br/selecoes>; SE/Conanda deve fazer o levantamento das campanhas propostas pelas comissões permanentes do Conanda.

b. Comissão de Orçamento e Finanças - COF
Coordenador: Edmundo Kroger
Relatoria: Edmundo

O conselheiro Edmundo inicia a relatoria expondo a questão do descontingenciamento de recursos do fundo. Quanto a realização da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a COF propõem a destinação de 4 milhões para a realização dela. A carta acordo destinada a locação do espaço foi aprovada no ano anterior como processo não finalizou e o recurso foi destinado para outros fins. Os conselheiros questionam por que o valor aprovado teve outra destinação. Em votação a proposta da destinação do valor de 4 milhões que é aprovado por 18 votos favoráveis. A secretaria executiva Verena Martins explica que convidou a Consultoria Jurídica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (CONJUR/MMFDH) para falar sobre o decreto 9.759 e que por motivo de outra agenda os representantes não poderão comparecer. De acordo com o decreto o Conanda não e atingido mais futuramente será necessário um conselho mais enxuto e com menos despesas, as comissões dos setores iram ser mantidas isso e um desejo da SNDCA. Fica acordado dos conselheiros Thais, Iolete e Maia escrever a nota publica referente ao decreto e será reforçado o convite a CONJUR. Ficando aprovando os seguintes encaminhamentos: Articulação da participação da ministra na Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios nos dias 8 a 11 de abril – Ministra falou sobre a importância do apoio dos prefeitos aos fundos; levantamento de todos os Fundos de Direitos da Criança

e do Adolescente não cadastrados e indicados como não aptos pela RFB até Dezembro de 2018; proposta para plenária: Envio de solicitação para a Receita Federal para apresentar esclarecimentos sobre as razões para a não aptidão dos Fundos em anexo para que o Conanda, em conjunto com a SNDCA, comunique aos conselhos estaduais a solução a ser tomada; reunião urgente com a ministra e o ministro Paulo Guedes para tratar do contingenciamento do FNCA (até a próxima assembleia); informar o valor captado no Fundo de 01/01/2018 a 31/12/2018 (R\$ 1.032.846,58 pessoa física / R\$ 10.270.198,60 pessoa jurídica / Total = R\$ 11.303.045,00); informar o valor total do Fundo em conta - Total = R\$ 73.271.349,37; reiterar para MP manifestação sobre a legalidade do contingenciamento; informar o retrato atual do Orçamento da SNCA pós-contingenciamento; destinação de recurso do Fundo para a realização da XI Conferência (Total estimado = R\$ 4 milhões) -18 aprovações e 1 abstenção; definição, em plenária, da destinação/ alocação do restante do recurso do FNCA: se para as atividades prioritárias do planejamento estratégico ou para outras ações; elaborar uma minuta possibilitando a remuneração do captador do Fundo – Responsável (apresentar na próxima reunião da COF); articulação da participação da ministra na Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios nos dias 8 a 11 de abril – Ministra falou sobre a importância do apoio dos prefeitos aos fundos; levantamento de todos os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente não cadastrados e indicados como não aptos pela RFB até Dezembro de 2018.

3. Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O conselheiro Lacerda relata que o ponto principal da reunião da comissão foi se a conferência seria realizada com recursos do fundo ou não, como a comissão não tem o poder dessa liberação, foi encaminhado para a COF que trouxe a pauta e foi aprovado a liberação do valor. Outro ponto foi a contratação da Assessoria para realização da etapa Nacional, pois a conferência já está acontecendo nos Municípios e Estados pois a comissão não tem condições de acompanhar e produzir relatórios das etapas que já foram realizados esse trabalho e o produto dessa assessoria, sendo de suma importância para realização da etapa nacional ter esses relatos e auxiliar no trabalho das subcomissões. A secretaria executiva informa que o termo de referência já está lançado. Outro ponto discutido foi a importância de definição dessas subcomissões, o Fórum Nacional já fez sua indicação, a sociedade civil indicou e o governo terá que fazer essa indicação o mais breve possível. Os encaminhamentos deliberados: Não haverá alteração na data de realização da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente - XI CNDCA; 24/10 - Credenciamento e abertura; 25 e 26/10 - atividades da conferência; 27/10- Assembleia e encerramento; informe de que o termo de referência para contratação de consultor especializado, na modalidade produto, para elaboração de documentos referenciais voltados à organização das etapas estaduais da XI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA) proposta de mobilização de atores nos estados e no Distrito Federal, incluindo a sensibilização desses para a participação de adolescentes no processo conferencial sistematização dos resultados dessa etapa bem como elaboração de proposta de instrumento de monitoramento das propostas aprovadas na etapa nacional já está em andamento. Link: <https://www.oei.org.br/selecoes>; a deliberação da 280ª foi cancelada, sendo feita nova deliberação; as subcomissões serão compostas por 4 conselheiros, sendo 2 representante de cada comissão permanente e 2 outros, podendo ser suplentes. (Garantir a paridade); definir o nome dos representantes das subcomissões para apresentação na assembleia de maio/2019.

4. Leitura da nota técnica sobre o projeto de lei nº 1783 de 2019

A conselheira Thais faz a leitura da nota técnica, que é aprovada com 3 abstenções.

A presidente do Conselho finaliza a assembleia.

18h00: Encerramento da 281ª Assembleia Ordinária do Conanda.